

PBH ATIVOS S.A.

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias.

Referente ao 1º semestre do exercício de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas, aos conselheiros e aos administradores da
PBH ATIVOS S.A.
Belo Horizonte – MG**

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial intermediário da PBH ATIVOS S.A. (Companhia), em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data; incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia fica responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações intermediárias e com a norma internacional e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, esta revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicável à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.

Ênfase

Destacamos a Nota Explicativa nº 12.2 para as demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que o contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado, em abril de 2021, sem que houvesse sua quitação integral em face da medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 – Apenso 1.031.793 (vide nota 12.3). As parcelas devidas e não pagas, de julho/2020 até abril/2021, estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do Banco do Brasil (contas de Pagamento), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo, em 30 de junho de 2022, de R\$ 5,2 milhões (R\$ 5,0 milhões em dezembro de 2021). Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Barueri, 2 de setembro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

PBH ATIVOS S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

**Ativo**

	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	121.842	102.279
Aplicações vinculadas	8	5.224	5.016
Créditos a receber	4	37.895	52.995
Impostos a recuperar	5	400	406
Antecipação de impostos	6	3.149	0
Outros ativos		29	2
		168.539	160.698
Não circulante			
Realizável a longo			
Créditos a receber	4	357.940	360.705
Depósitos judiciais	7	23.847	21.787
Garantias e cauções	9.1	156.491	144.864
Créditos fiscais	21.3	11.494	13.335
Bens destinados à venda	10	10.010	10.010
Imobilizado	11	29.637	29.656
		589.418	580.357
Total do ativo		757.957	741.055

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Circulante			
Debêntures	12	27.029	52.881
Fornecedores		74	50
Impostos e obrigações a recolher	13	4.406	375
Salários, remunerações e encargos sociais	14	388	347
Provisões trabalhistas	15	487	302
Outros passivos		69	67
		32.454	54.022
Não circulante			
Debêntures	12	187.354	165.852
Garantias e cauções passivas	9.2	5	5
Tributos diferidos	21.2	68.130	66.405
Contingência fiscal	7	23.847	21.787
		279.336	254.049
Patrimônio social			
Capital social	16.1	284.280	284.280
Reserva de lucros	16.2	161.887	148.704
		446.167	432.984
Total do passivo e patrimônio líquido		757.957	741.055

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado do exercício
Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)



		30/06/2022	30/06/2021
	Notas		
Receitas	17	34.344	25.256
Custos	18	(21.502)	(11.628)
Lucro bruto		12.842	13.628
Despesas com pessoal		(1.927)	(1.723)
Despesas administrativas		(1.819)	(1.663)
Despesas tributárias	19	(2.308)	(1.459)
Atualização monetária (correção saldo negativo de IRRF)		0	6
Outras receitas e despesas operacionais		34	46
		(6.019)	(4.792)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		6.823	8.835
Receitas financeiras		14.575	2.547
Despesas financeiras	20	(367)	(106)
Receitas financeiras líquidas		14.208	2.441
Resultado antes dos impostos		21.031	11.276
Imposto de Renda e CSLL	21	(4.281)	(2.606)
Provisão Imposto diferidos	21.2	(1.726)	(521)
Reversão crédito fiscal sobre compensação de prejuízo	21.3	(1.841)	(1.121)
		(7.849)	(4.248)
Lucro líquido do período		13.182	7.028
Lucro líquido do período por ação		0,40	0,21

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)



	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro líquido do exercício	13.182	7.028
Outros resultados	<u>0</u>	<u>0</u>
Resultado abrangente do exercício	13.182	7.028

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)



	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Lucros a destinar		
Saldos em 1° de janeiro de 2021		284.280	9.017	134.137	-	427.434
Lucro líquido do período		-	-	-	7.028	7.028
Transferências para reservas		-	351	6.677	(7.028)	-
Saldos em 30 de junho de 2021		284.280	9.368	140.814	-	434.462
Saldos em 1° de janeiro de 2021		284.280	10.295	138.409	-	432.984
Lucro líquido do período	17.2.b	-	-	-	13.182	13.182
Transferências para reservas	17.3	-	659	12.523	(13.182)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		284.280	10.954	150.932	-	446.166

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)



	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.182	7.028
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	19	17
Variação monetária líquida	(10.509)	(10.060)
Custo de captação amortizado	0	5
Despesas de juros	0	24
Provisão de Impostos diferidos	1.727	521
Provisão para contingências	2.059	1.223
Créditos fiscais	1.841	1.121
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(2.105)	(3.544)
	6.214	(3.664)
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recebimento de créditos	52.189	49.618
Impostos a recuperar	6	1.301
Aplicações vinculadas	(208)	(1.725)
Outros Ativos Circulantes	(27)	(2)
Antecipação de Impostos	(3.149)	(1.627)
Realizável a Longo Prazo	(13.686)	(807)
	35.125	46.758
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	24	(8)
Impostos e Obrigações a recolher	4.031	1.548
Obrigações sociais e trabalhistas	41	(5)
Provisões trabalhistas	185	102
Outros Passivos	2	2
	4.283	1.639
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	45.622	44.733
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	0	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	0	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de debêntures	(26.059)	(25.833)
Juros pagos sobre debêntures	0	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	(26.059)	(25.833)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	19.563	18.900
Caixas e equivalentes no início do período	102.279	67.847
Caixas e equivalentes no final do período	121.842	86.747
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	19.563	18.900

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Informações Contábeis Intermediárias individuais de 30 de junho de 2022.

2. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na Elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2021. Desta forma, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

A emissão dessas Demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 09 de agosto de 2022.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2022, os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e bancos		-	1
Aplicações financeiras	3.1	121.495	102.275
Numerários em trânsito	3.2	347	3
		121.842	102.279

3.1. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por fundos de investimentos de liquidez e rentabilidade diárias, atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário "CDI", com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

São gerenciados pela Companhia para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Numerários em trânsito

Correspondem aos valores dos direitos creditórios (nota 4.2) reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

4. Créditos a receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a Copasa MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para as garantias de PPP e para a operação de debêntures, respectivamente.

São classificados contabilmente como mantidos até o vencimento, atendendo aos requisitos nessa categoria

Descrição	Notas	30/06/2022	31/12/2021
Copasa MG	4.1	22.926	21.617
Direitos Creditórios a Receber	4.2	14.969	31.378
Circulante		37.895	52.995
Copasa MG	4.1	195.891	196.605
Direitos Creditórios a Receber	4.2	162.049	164.100
Não circulante		357.940	360.705
Total		395.835	413.700

4.1. Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos devidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualizações mensais (pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA))

Estes créditos foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias gravadas de penhor em favor das concessionárias (nota explicativa nº9).

A movimentação dos créditos da COPASA a receber está assim demonstrada:

	31/12/2021	Transferências	Atualização	Amortização	30/06/2022
Circulante	21.617	12.563	-	(11.254)	22.926
Não Circulante	196.605	(12.563)	11.849	-	195.891
Total	218.222	-	11.849	(11.254)	218.817

4.2. Direitos creditórios a receber

Provenientes da Cessão de Direitos de Créditos Autônomos realizada pelo Município de Belo Horizonte, em 01 de abril de 2014, e voltada para a subscrição integral de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil, com vencimento em abril de 2035.

Foram reconhecidos inicialmente pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão, 01 de abril 2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros baseando no Fluxo de Recebimento de

Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

São atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado, de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis aos créditos originários da data da cessão dos créditos.

A partir de janeiro de 2022, por meio da Lei Municipal n. 11.315/2021, o Fluxo de Direitos Creditórios passou a ser sujeitos somente à incidência de acréscimos moratórios à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic - para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao do vencimento ou da consolidação do parcelamento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

A utilização da Selic no fluxo cedido onerosamente é considerada pela companhia um "Evento de Indenização e Recomposição do Fluxo" (cláusulas 11.1 e 11.1.1), a qual é objeto de pedido de recomposição perante ao cedente, Município de Belo Horizonte.

Em janeiro de 2023, conforme ofício enviado à Secretaria Municipal da Fazenda, será analisado o impacto da Selic no fluxo cedido à PBH Ativos, em virtude da edição da Lei 11.315/2021, no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Crédito e outras avenças.

5. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Os valores são demonstrados em 30 de junho de 2022, conforme quadro a seguir:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	53	367
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	346	38
	400	406

6. Antecipação de impostos

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui créditos tributários originados por montantes antecipadamente pagos por estimativa de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 3,1 milhões, reguladas pelos artigos nº 219, 229 e 921 do Decreto nº 9.580/18.

7. Depósitos judiciais e contingências fiscais

Através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, a Companhia contesta a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, requerendo, destarte, a declaração de inexistência da obrigação tributária.

Em 18 de março de 2016, foi concedido por meio de liminar o não recolhimento dos valores ao ente federativo, sendo determinada, em contrapartida, a realização dos depósitos dos valores em juízo.

O litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda provável, diante da Denegação do Mandado de Segurança em 28 de agosto de 2018 e, desta forma, a Administração deliberou em constituir uma provisão de contingência no mesmo montante do depósito judicial.

Assim, em 30 de junho de 2022, o valor do Passivo Contingente e dos depósitos judiciais atualizados corresponde ao importe de R\$ 23,8 milhões (21,8 milhões em 31 de dezembro de 2021).

7.1 Contingências não provisionadas

- **Mandado de Segurança - 1009059-46.2018.4.01.3800 (Natureza tributária)**
 - Trata-se de Mandado de Segurança em que a PBH ATIVOS pede a concessão da segurança para que reste reconhecido o seu direito de poder quitar débitos de IR e de CSLL sem a restrição introduzida pelo inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, trazido pela Lei 13.670/2018, ou seja, podendo fazê-lo via compensação, tal qual autorizado antes do advento do referido diploma legal. O valor da causa estimado é de R\$ 9,3 milhões.
- **Ação Civil Pública - 5044155-98.2017.8.13.0024 - (Natureza Cível - Trata-se de Ação Civil Pública.** Apurar supostas irregularidades no que tange aos benefícios e ao recebimento de altos salários por parte dos agentes públicos vinculados a PBH ATIVOS S/A. sociedade de economia mista municipal, integrante da Administração Indireta Municipal. A PBH Ativos informa nos autos que foi aprovado o Plano de carreira, Cargo e Salário, bem como a realização de concurso público. O concurso foi homologado e as nomeações dos aprovados iniciadas desde 2019. O valor da causa é R\$ 1 mil.

O desfecho destas ações judiciais discutidos pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho

de Administração.

8. Aplicações vinculadas

Corresponde à aplicação financeira de R\$ 5,2 milhões (R\$ 5 milhões em dezembro de 2021) destinada ao pagamento das parcelas de amortizações a favor dos debenturistas de mercado que, no momento, está retido em uma conta vinculado do Banco do Brasil nº 18.120-X, em razão da decisão cautelar nos Autos de Representação nº 1.024.572, que tramita perante a 1ª Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG).

9. Garantias e cauções

9.1. Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. São destinadas a prover garantia na Parceria Público Privada (PPP) junto à Secretaria Municipal de Educação para construção das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), prover garantia na PPP da Saúde (UBS) e prover garantia na PPP junto à Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC).

Conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Aplic. Financeira - CEF 3491-8 - EMEIS	6.981	6.960
Aplic. Financeira - CEF 3791-7 - UBS	24.406	23.271
Aplic. Financeira - CEF 3483-7 - HMDCC	125.104	114.633
	156.491	144.864

9.2. Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores. Em 30 de junho de 2022 é R\$ 5 mil (R\$ 5 mil saldo em dezembro de 2021).

10. Bens destinados à venda

Compreendem terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil.

Os terrenos foram destinados ao Município de Belo Horizonte, através de um termo

de permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito com o Município de Belo Horizonte, realizado em 30 de abril de 2015, para edificação da nova rodoviária da Prefeitura.

Deste modo, considerando o tempo a transcorrer do processo de permuta com o cronograma da referida obra, foi cedido pela Companhia ao Município o uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município.

Em junho de 2021 foi elaborado um laudo de avaliação dos Terrenos do Bairro São Gabriel. Foi optado pelo "Método comparativo direto de dados de mercado", para a definição do valor do imóvel, conforme os termos da NBR 14653. A avaliação foi realizada pela empresa Safira Engenharia Ltda e como conclusão dos estudos não houve indicações de perda de valor econômico.

11. Ativo imobilizado

O Ativo Imobilizado é representado por terrenos integralizados em 2014 e 2015, no importe de R\$ 29.426 mil e por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia. No exercício de 2017 os terrenos foram reclassificados da rubrica Bens Destinados para Venda para a Rubrica "Ativo Imobilizado" considerando a revogação do Processo nº 01.047.202/15-56 de licitação para alienação dos terrenos, conforme consta em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia na data 30 de março de 2017.

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear.

Em 2017, a Companhia contratou uma empresa de serviços técnicos especializado para elaboração de laudo de avaliação dos imóveis urbanos de sua propriedade, utilizando-se como método comparativo de Dados de Mercado, nos termos da ABNT. A avaliação foi realizada pela Raja Engenharia e a conclusão é de que não havia necessidade de registro de perdas por desvalorização sobre o montante do ativo.

Conforme orientação técnica do CPC 01 ("Redução ao Valor Recuperável dos Ativos"), a Companhia de 2018 até o momento avalia internamente se há alguma indicação de que os imóveis de sua propriedade apresentam alguma indicação de desvalorização. A avaliação é feita pela Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

A posição patrimonial da PBH Ativos, em 30 de junho de 2022 é a seguinte:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Terrenos	29.426	29.426
Computadores e periféricos	23	26
Móveis e utensílios	78	88
Máquinas e equipamentos	4	4
Benfeitorias	106	112

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	29.637	29.656

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

Saldo dos Móveis e Benfeitorias em 31/12/2021		Depreciação	Saldo dos Móveis e Benfeitorias em 30/06/2022	
230		(19)	211	

12. Debêntures

As movimentações dos valores das Debêntures estão assim evidenciadas:

	Saldos em 31/12/2021	Atualização	Amortização	Saldos em 30/06/2022
Debêntures 1ª Emissão	47.864	-	(26.059)	21.805
Debêntures 2ª Emissão Circulante	5.016	208	(26.059)	5.224
	52.881	208		27.029
Debêntures 1ª Emissão Não Circulante	165.852	21.502	-	187.354
	165.852	21.502	-	187.354
Total	218.733	21.710	(26.059)	214.383

12.1. Debêntures - 1º Emissão

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1 de abril de 2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento em abril de 2023.

São atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 21,5 milhões (R\$ 11,6 milhões em 2021) a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e até 30/06/2022 realizou amortizações parciais no montante total de R\$ 26 milhões (R\$ 54,1 milhões no exercício de 2020).

Portanto, em 30 de junho de 2022 o saldo das Debêntures de Primeira Emissão corresponde a R\$ 209,2 milhões (R\$ 213,7 milhões – 31/12/2021).

12.2. Debêntures - 2º Emissão

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021. Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento com alterações no cronograma de amortização das Debêntures, modificando os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

São atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a.

Os saldos contábeis são reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021 sem que houvesse sua quitação integral, em face da medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793 (vide nota 12.3). As parcelas devidas e não pagas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do Banco do Brasil ("contas de Pagamento"), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo em 30 de junho de 2022 de R\$ 5,2 milhões (R\$ 5,0 milhões em dezembro de 2021). Vide nota 8

12.3. Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572

Em 17 de junho de 2020, o acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) referendou a medida cautelar proferida no âmbito da Representação 1.024.572 (Apenso 1.031.793) que discute, dentre outros pontos, aspectos da "Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-conversíveis, com Garantia Real, em Série Única, Com Esforços Restritos de Colocação" realizada pela Companhia. A Emissora foi intimada acerca do acórdão no sentido de que fosse suspenso, em caráter acautelatório, o pagamento das parcelas diretamente aos debenturistas de mercado e de que tais valores fossem depositados numa conta apartada com aplicação financeira de liquidez diária.

No referido acórdão, determinou-se que o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário adotassem medidas para o cumprimento do acima citado, de acordo com o prazo de amortização previsto no cronograma da operação, até a superveniência da decisão definitiva pelo Tribunal.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora em razão dessa decisão. Além de ter frisado que as determinações expedidas ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário proíbem a interrupção de qualquer transferência para a conta de livre movimentação e a retenção de valores das contas vinculadas.

A PBH Ativos indicou o domicílio bancário exclusivo para o cumprimento do acórdão, bem como o Agente Fiduciário e Banco Centralizador cumpriram o determinado

pelo Tribunal, já a partir da parcela subsequente, de julho de 2020.

Os assessores jurídicos da Companhia entendam que a probabilidade de perda é possível.

13. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
CSLL	1.137	278
IRPJ	3.146	0
IRRF	111	94
PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	12	3
	4.406	375

Os saldos de IRPJ e CSLL em 30/06/2022 são apurados mensalmente para efeito de suspensão/redução do pagamento, sendo devidos no final do exercício de 2022, os quais serão compensados com os pagamentos antecipados destacados na Nota Explicativa nº6.

14. Salários, remunerações e encargos sociais

Em 30 de junho de 2022, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ordenados e salários	256	230
FGTS a recolher	22	18
INSS e RPPS a recolher	110	99
	388	347

15. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para 13º Salário	100	0
Provisão para Férias	260	223
Encargos s/ Provisão de 13º Salário	35	0
Encargos s/ Provisão de Férias	92	79
	487	302

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social integralizado em 30 de junho de 2022 é de R\$ 284.280.301, representado por 32.851.182 ações ordinárias.

16.2. Reservas

a) Reserva legal

Correspondente a 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

17. Receitas

Em 30 de junho de 2022 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Juros	2.105	3.544
Atualização de Créditos	32.217	21.659
Prestação de Serviços	22	53
	34.344	25.256

17.1. Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide nota 4.2).

17.2. Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (vide notas 4.1 e 4.2).

18. Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Atualização s/ Debêntures	21.502	11.599
Juros s/ Debêntures	0	24
Amortização de custos de captação	0	5
	21.502	11.628

19. Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia em 30 de junho de 2021 estão assim demonstradas:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Processos fiscais (nota nº 7)	2.059	1.223
IPTU	247	234
Outros	2	2
	2.308	1.459

20. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 30 de junho de 2022 está assim demonstrado:

Composição	30/06/2022	30/06/2021
Receitas c/ aplicações financeiras	14.569	2.543
Outras receitas financeiras	6	4
Total Receitas Financeiras	14.575	2.547
Comissões despesas bancárias	(41)	(39)
Variação monetária	(208)	(48)
IOF	(118)	(19)
Total Despesas Financeiras	(367)	(106)
Resultado Financeiro do Período	14.208	2.441

21. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real anual. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício, conforme demonstrado a seguir:

Composição	30/06/2022	30/06/2021
Resultado Contábil	13.182	7.028
Provisões não dedutíveis	3.786	1.744
(=) Lucro Líquido	16.968	8.772
(+) Adições	35.405	27.437
(-) Exclusões	(34.325)	(25.210)
Resultado Fiscal	18.048	10.999
(-) Comp. Prejuízo/Base Negativa de Exerc. Anteriores	(5.414)	(3.299)
Base de Cálculo	12.634	7.700
IRPJ	3.144	1.913
CSLL	1.137	693
IR/CSLL corrente	4.281	2.606

21.1. IRPJ e CSLL sobre Lucro Líquido

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Ambos os tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

Ressalta-se que, dentre as receitas auferidas, partes não foram realizadas, de modo que são excluídas da base de cálculo para fins de apuração.

21.2. Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/77 e atualizado pelo Decreto nº 1.698/78, o artigo 10º da IN nº 21/79 e IN nº 1.700/2018, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

Em 30 de junho de 2021 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)	IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.076
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	4.702
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	(9.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.405
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	2.318
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	(593)
Saldo em 30 de junho de 2021	68.130

21.3. Crédito fiscal a compensar

A Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

Crédito fiscal a compensar	CSLL (9%) e IRPJ (25%)
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	120
(-) Compensação - Exercício 2013	(89)
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.414
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.294
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.729
(-) Compensação - Exerc. Per. 2017 a 2021	(14.133)
(-) Compensação - Exerc. 30.06.2022	(1.841)
Crédito fiscal total a compensar em 30.06.2022	11.494

A mensuração do ativo fiscal diferido está de acordo com a norma CPC 32 e este saldo é reduzido com os lucros fiscais disponíveis, como demonstrado no quadro acima.

22. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são relativas (i) à cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber); (ii) à emissão de Debêntures de Primeira Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário e (iii) contratos de penhor para as PPPs da Saúde e da Educação, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 4, 9 e 12. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que a PBH Ativos estão sujeitos.

Importante destacar que os fluxos recebíveis da COPASA e dos Direitos Creditórios não sofreram alterações que comprometessem os seus compromissos com os debenturistas e as garantias oferecidas pela PBH Ativos nestas PPPs a curto prazo.

23. Ativos e passivo financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos estão representados nas notas explicativas nº 4, 9 e 12.

O valor justo é considerado idêntico aos saldos contábeis, principalmente, considerando que foram dados em garantia em operações de emissões de debêntures e de contratos de PPP, que são operações impossibilitadas de serem negociadas no mercado.

24. Eventos subsequentes

A Administração reconhece sua responsabilidade pela adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis intermediárias e confirma que não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2022 e a data de aprovação dessas demonstrações contábeis intermediárias datadas em 09 de agosto de 2022.

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente

Fábio Menezes Resende
Contador - CRC/MG 079805/O-8

PBH  TIVOS